

Resenha do artigo intitulado “Parques nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil”¹

Review of the article entitled “National parks, tourism and governance: reflections on concessions for tourism services in Brazil”

 ARK: 44123/multi.v8i13.1614

Ludmilla Lima de Oliveira

 <https://orcid.org/0009-0003-8506-6470>

 <https://lattes.cnpq.br/9857227219690027>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: ludmilladeoliveirabsb@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Parques nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil”. Este artigo é de autoria de: Paula Normandia Moreira Brumatti; Cimone Rozendo. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “RBTUR – Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo”, São Paulo, no Vol. 15, edição n. 3, e-2119, set.-dez., 2021.

Palavras-chave: Parques Nacionais. Turismo. Governança. Concessão. Modelo de Gestão.

Abstract

This is a review of the article entitled “National parks, tourism and governance: reflections on the concessions of tourism services in Brazil”. This article was authored by: Paula Normandia Moreira Brumatti; Cimone Rozendo. The article reviewed here was published in the journal “RBTUR – Brazilian Journal of Tourism Research”, São Paulo, in Vol. 15, issue no. 3, e-2119, Sep.-Dec., 2021.

Keywords: National Parks. Tourism. Governance. Concession. Management Model.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Parques nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil”. Este artigo é de autoria de: Paula Normandia Moreira Brumatti; Cimone Rozendo. O artigo aqui resenhado foi

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), do curso *Bacharelado em Administração Pública*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Maria Eliana Lagares.

¹ Graduanda em Administração Pública pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

publicado no periódico “RBTUR – Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo”, São Paulo, no Vol. 15, edição n. 3, e-2119, set.-dez., 2021.

Quanto às autoras deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada uma delas. Muito do que compõe a formação ou a experiência de uma autora contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada uma das autoras.

Paula Normandia Moreira Brumatti é Doutora pelo Programa de Pós- Graduação em Turismo, UFRN (2020); Mestre em Cultura & Turismo - Parceria Uesc/Ufba pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2008) - Ilhéus; Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Campinas (2005); Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005). Atualmente é professora efetiva do Instituto Federal do Rio Grande do Norte- RN. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em meio ambiente, conservação do patrimônio cultural e ambiental, áreas protegidas e sustentabilidade (<http://lattes.cnpq.br/8162160743491260> / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9019-8772>).

Cimone Rozendo Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1997); Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2001); Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006) e Pós Doutora em Sociologia Rural pela Universidade de Paris X- França (2016) como Bolsista Sênior CAPES. Atualmente é professora associada III da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Departamento de Ciências Sociais, atuando nos Programas de Pós graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e Ciências Sociais (PPGCS). É vice-líder do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos Rurais, Ex presidente da Rede de Estudos Rurais (2021-2023) da qual faz parte atualmente como membro do conselho consultivo, membro da Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança Alimentar (RedePENSAN), Tutora do PET conexões Comunidade do Campo da UFRN, membro conselho científico da Revista Brasileira de agroecologia e coordenadora adjunta da Área de Sociologia na Capes (<http://lattes.cnpq.br/8227598190372706> / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4903-0839>).

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, *resumen*, *palabras clave*, introdução, contextualização histórica e política da implantação dos parques nacionais brasileiros, áreas naturais protegidas, turismo e governança, implicações das concessões turísticas em parques nacionais do Brasil, considerações finais, referências.

As parcerias público-privadas, para a permissão de serviços turísticos nos Parques Nacionais brasileiros, é a ferramenta principal de gestão desses espaços. Esse tipo de parceria é justificado devido sua característica sustentável que associa interesses econômicos e de conservação ambiental. Mesmo almejando ser exemplo de governança efetiva, sua eficácia é questionada quanto à probabilidade de colaboração das comunidades adjacentes na gestão, que é condição primordial desse projeto. Nesse modelo, a lógica econômica predomina para tomar decisões, dificultando a incorporação de valores sociais e culturais no gerenciamento e na solução de conflitos relativos à concretização dos parques. Com isso, a desvalorização da participação social perpetua preceitos de exclusão. Por isso, é fundamental a efetivação de políticas públicas direcionadas para um ecoturismo que integre o turismo à pluralidade sociocultural, à preservação da natureza e ao desenvolvimento de oportunidades que favoreça o progresso da administração local.

O tema deste artigo é “Parques nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil”. Foi discutido o seguinte problema “Como a privatização dos serviços turísticos garantirá uma gestão participativa e sustentável dos parques? Como este modelo, ultrapassando as dificuldades financeiras e administrativas, é capaz de envolver efetivamente as comunidades e promover a democratização do patrimônio ambiental?”. O artigo partiu da seguinte hipótese “A adoção de políticas públicas orientadas efetivamente por uma acepção de ecoturismo será capaz de promover a integração do turismo à diversidade sociocultural, à conservação da natureza e de oportunidades para o desenvolvimento da governança local”.

Neste artigo, o objetivo geral foi “refletir sobre o processo de participação das comunidades na gestão dos parques nacionais sujeitos à política de concessão dos serviços turísticos”. Os objetivos específicos foram: “apresentar o contexto histórico e político da implantação dos parques nacionais no Brasil; elucidar os aspectos relacionados ao processo participativo das comunidades e de atores sociais para a gestão destas áreas e do uso público; discutir, a partir da abordagem sobre o ecoturismo e desenvolvimento sustentável do turismo, algumas formas de participação democrática no desenvolvimento do setor e a importância da construção de um espaço de governança local para a condução do uso público turístico em UC; e, questionar a racionalidade que envolve a delegação dos serviços turísticos a empresas privadas em parques brasileiros, evidenciando as implicações desse modelo, sobretudo no que se refere à participação democrática na gestão do patrimônio ambiental”.

O artigo é justificado devido ao fato de que as atividades turísticas desenvolvidas dentro das Unidades de Conservação (UCs) no território nacional é uma das principais fontes de geração de renda e oportunidades de emprego, além de promover a capacitação de profissionais para atender à população local nessas áreas. Essa população reconhece que existem desafios a serem superados para garantir um turismo responsável, ligado à pluralidade sociocultural, aos conhecimentos ancestrais e proteja o ecossistema. Porém, mesmo havendo esse potencial, a expansão do ecoturismo tende a necessitar de uma gestão que tenha priorizado o cuidado e conservação tanto relacionado à natureza, como também o patrimônio sociocultural dessas áreas na qual favoreça distribuir os benefícios aos visitantes na qual contribuam para sustentabilidade do futuro. Para tanto, torna-se indispensável que sejam realizados arranjos, criados pelos acordos, que levem a uma prática que junte os diversos setores da comunidade nas decisões tomadas através do diálogo. Para que assim, as atividades turísticas realizadas nas áreas protegidas levem ao avanço das práticas ecológicas que valorize não só os financeiros e administrativos, mas os princípios ecológicos, e socioculturais também.

O método adotado para a construção da pesquisa apresentada no artigo aqui analisado foi uma revisão bibliográfica, de caráter descritivo e exploratório.

A etapa inicial de artigo resenhado, intitulada: “contextualização histórica e política da implantação dos Parques Nacionais brasileiros”, trata do amadurecimento cronológico das UCs no território brasileiro, que iniciou com a formação dos Parques Nacionais Brasileiros em 1937, que tinha, a princípio, o propósito da preservação dos atrativos ecológicos e dos encantos dos espaços ecológicos, assim como também desenvolver explorações científicas e visitas recreativas, sob o controle do Governo. No período de 1979, após a aprovação do regulamento referente aos Parques Nacionais, eles foram transformados em espaços naturais protegidos, destinadas à recreação, à educação e às práticas científicas (GODOY; LEUZINGER, 2015). O SNUC, criado em 2000, diferenciou as UCs em duas categorias principais: Unidades de Proteção Integral, com uso limitado dos bens naturais que possui; e Unidades de Uso Sustentável, para uso irrestrito

dos recursos, mas com cuidado com o ecossistema e o envolvimento das populações circunvizinhas, tanto na criação como na implantação e na gestão das UCs. Em 2008 o MMA estabeleceu critérios para visitas em UC, sendo criado o ICMBio, que efetuou planos para a recreação de uso público. Nesse mesmo ano teve início o Programa “Turismo nos Parques”, uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o MTUR (Ministério do Turismo), o qual objetivou o aprimoramento dos serviços turísticos, similar ao de visitação nos parques nacionais, através de concessões para empresas particulares; beneficiando também as comunidades da área. Desde o período de 2014, o projeto “Parcerias Ambientais Público-Privadas” (PAPP), que buscava aumentar a visitação bem como o envolvimento social e produtiva, apenas identificou UCs que se moldavam à autorização dos serviços, sem a ligação com outros sujeitos sociais. Assim, sete das 74 reservas naturais existentes no Brasil passaram a ser administradas por instituições privadas que visam o lucro. Novos dispositivos legais abriram outras perspectivas para expandir os acordos público-privados na administração e na utilização das práticas de turismo, mas os desafios territoriais e sociais permaneceram; pois, o modelo administrativo de concessão escolhido ainda possui o propósito de converter os parques lucrativos junto ao setor turístico, enfatizando a competência do setor não governamental. Tal prática reforça a cultura que exclui o envolvimento das comunidades adjacentes, prejudicando a administração das riquezas nativas e causando hostilidades, visto que os povos locais tendem a resistir por já praticarem atividades turísticas, mesmo que não fossem regularizadas.

A segunda etapa do artigo resenhado, intitulada: “áreas naturais protegidas, turismo e governança”, relata que a atribuição do setor turístico, assim como evento socioeconômico de impacto global, possui competência a fim de colaborar com as ODS. Porém, o setor ainda prioriza os ganhos monetários, negligenciando as consequências ambientais. A expansão acelerada do turismo, impulsionada pelo capitalismo e pela globalização, tem gerado tanto oportunidades quanto problemas, como degradação ambiental, segregação e exploração. Dessa forma, o progresso das ações turísticas em regiões preservadas (ANPS) precisa de um plano responsável para que um turismo sustentável possa vir a acontecer. Conforme a OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo só é sustentável quando está voltado tanto para expectativas dos visitantes, como para as organizações, da preservação ambiental e habitantes da região, gerenciando comoções atuais e vindouros. Já o ecoturismo, refere-se à visitação responsável na natureza onde o ecossistema tende a ser preservado, as comodidades dos habitantes locais devem ser respeitadas e as experiências positivas devem abranger os turistas e os moradores da região. Todavia, o ecoturismo tem realizado contribuições significativas para a expansão desenfreada do turismo, desrespeitando a vivência diários dos moradores locais e proporcionando impactos negativos, reforçando os conflitos. Nos estados brasileiros, as diretrizes estabelecidas nos anos 90, para efetivar o ecoturismo, falharam na articulação do âmbito da governança no território, algo que promoveu insegurança e decepção para a comunidade local. É preciso haver uma gerência que seja democrática e participativa para administrar o ecoturismo nos Parques Nacionais (PARNAs), visto que são zonas de conservação na qual o ecoturismo precisa viabilizar a educação e a consciência ecológica, assim como proporcionar a valorização cultural e a utilização sustentável das áreas e dos recursos locais com protagonismo das comunidades envolvidas, ao serem inseridas no âmbito econômico (MENDONÇA NETO; NASCIMENTO, 2023). Para que isso ocorra, é fundamental haver um modelo diferente de governança alicerçado em uma coordenação horizontal que conecte o Estado com a sociedade para tomarem decisões em conjunto. Desse modo, o experimento do setor turístico de base

comunitária (TBC) nas ANPS é uma novidade corporativa democrática para a administração. Nesse cenário, o trabalho dos guias locais em visitas aos Parques agrega valor aos saberes dos habitantes locais, traz rendimentos econômicos e minimiza a exclusão. Porém, o modelo atual de governança pode gerar desigualdade. Sendo assim, é preciso fortalecer e incluir a atividade turística em favor da conservação ecológica natural, à multiplicidade sociocultural e aos saberes ancestrais.

A terceira etapa do artigo resenhado, intitulada: “implicações das concessões turísticas em parques nacionais do Brasil”, discute acerca dos desafios relacionados à permissão das operações turísticas nos parques nacionais brasileiros, a qual abrange questões profundas, como a normalização agrária, a democratização dos bens públicos e as contendas com os habitantes locais. Contudo, com as concessões, os residentes do território e seus costumes foram excluídos; o que distanciou tais comunidades dos processos gerenciais, da administração pública e da proteção socioambiental, pois, priorizam a demanda turística em vez dos objetivos das UCs. Estudos acerca desta temática, no cenário brasileiro, apontam fragilidades no atual modelo administrativo, o que causou problemas em vários parques nacionais. Para isso exige-se uma maior clareza, comunicação eficaz e atuação social nos processos gestores (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019), o que não acontece. Mesmo porque, a preocupação é com a competência do modelo, que vê o turismo como uma opção para a expansão local, favorecendo investidores externos e instituições privadas, obrigando os habitantes da região a se moldarem a essa realidade; tal fato evidencia problemas existentes e aponta para os impasses na gestão pública dos parques nacionais. Devido a isso, é controversa a competência do padrão de autorização que existe no Brasil. Por esse motivo, as políticas existentes de concessão devem integrar os parques ao progresso, com intuito de valorizar saberes tradicionais e transcender a racionalidade econômica. Contrariamente a uma abordagem apenas comercial, deve-se considerar cooperações com os empreendedores locais, investimentos em propostas de promoção de autonomia social e instituição de parcerias e colaboração, com a finalidade de proporcionar a recreação e os trabalhos educativos para os turistas. Visando a manutenção ambiental e a expansão do turismo verde, deve-se conscientizar os membros envolvidos no processo para que tenha uma racionalidade ambiental na qual oportunize a descentralização econômica e aumente as possibilidades para os parques nacionais, sem que o uso seja apenas no setor turístico e para empresas privadas, democratizando todo o patrimônio ambiental.

Os desfechos da obra resenhada demonstram que a modalidade de outorga no ramo do turismo, especialmente para as atividades referentes à visita nos parques nacionais brasileiros, ainda causa polêmicas. A exclusividade dos serviços turísticos para empresas particulares nas UCs deveria promover a qualidade dos serviços prestados aos visitantes, prover a demanda por mão de obra qualificada e o fortalecimento econômico para a gerência das UCs; entretanto, tem somente enaltecido a racionalidade econômica, tornando os recursos ambientais em mercadorias a serem vendidas aos turistas. Ao ceder às empresas privadas o uso restrito das UCs exclui-se as populações adjacentes da gestão, pois mesmo uma provável “nova governança” não indica uma gestão que traga resultados, por não possibilitar opções de ocupação para os habitantes locais, exceto guiar visitantes. Assim, para que a gerência do uso das UCs resolva as adversidades existentes é essencial revisar o território e a constituição das áreas protegidas, estabelecer uma gestão coerente, transparente e equilibrada, reduzir as contendas e reconhecer o impacto da concessão dos serviços turísticos para a expansão responsável do setor turístico nas UCs para assegurar a proteção do legado histórico público ambiental.

Referências

BRUMATTI, Paula Normandia Moreira; ROZENDO, Cimone. Parques nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **RBTUR – Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, vol. 15, n. 3, e-2119, set./dez. 2021. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbtur/a/PGhFSS3b9YXHptR6rwFLMsy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17/04/2025.

GODOY, Larissa Ribeiro da Cruz; LEUZINGER, Márcia Dieguez. O financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil: características e tendências. **Revista de Informação Legislativa**, ano 52, n. 206, abr./jun. 2015. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/206/ril_v52_n206_p223.pdf>. Acesso em: 19/04/2025.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:
<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MENDONÇA NETO, Mario Teixeira de; NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do. Turismo e Governança Ambiental em Áreas Protegidas. **REGMPE**, Brasil-BR, V.8, Nº2, p. 41-67, Mai./Agos.2023. Disponível em:
<<https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/591/886>>. Acesso em: 19/04/2025.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; ABRUCIO, Fernando Luiz. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. **RBTUR**, São Paulo, 13 (3), p. 105-120, set./dez. 2019. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbtur/a/BfPTfHSGhbM6s7gXmwrM6Vh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19/04/2025.